

## A política pública de formação profissional em Viçosa-MG/Brasil, na perspectiva de seus sujeitos

The public policy of professional training in Viçosa-MG/Brazil, from the perspective of its subjects

*Gustavo Bruno Pereira de Souza*<sup>1</sup>

*Maria das Dores Saraiva de Loreto*<sup>2</sup>

*Rosária Cal Bastos*<sup>3</sup>

**Resumo:** O interesse pelas questões da juventude vem assumindo no Brasil crescente relevância. Diante disso, objetivou-se refletir acerca da agenda governamental relacionada às juventudes em Viçosa-MG e contextualizar o sentido das experiências de aprendizagem profissional, pelos sujeitos da aprendizagem (egressos), considerando o Programa Jovem de Futuro, do mesmo município. No desenvolvimento da pesquisa privilegiou-se a abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas. Dentre os resultados da investigação, evidenciou-se que a política municipal de assistência juvenil se constituiu como espaço concebido com o objetivo de propiciar aos jovens viçosenses possibilidades de formação multidisciplinar. No que se refere ao arcabouço utilizado pelo programa, ele contribuiu para que os jovens interpelados estabelecessem novos circuitos de participação e atuação, ampliando as esferas de sociabilidade desses sujeitos. Ao mesmo tempo, foram observadas mudanças, por parte do programa, que influenciaram nas escolhas profissionais desses jovens. Conclui-se que os projetos podem ter condições reais de modificar a vida de seu público-alvo e das comunidades.

**Palavras-chave:** jovens; formação profissional; políticas públicas.

**Abstract:** Interest in youth issues has assumed increasing relevance in Brazil. Given this, the objective was to reflect on the governmental agenda related to youth in Viçosa-MG and contextualize the meaning of professional learning experiences, by the subjects of learning (graduates), considering the Young of Future Program, in the same municipality. In the development of the research, the qualitative approach was favored, with the application of individual semi-structured interviews. Among the results of the investigation, it was evident that the municipal youth assistance policy was constituted as a space designed with the aim of providing young people from Viçosa with possibilities for multidisciplinary training. Regarding the methodology used by for program, it helps the young people questioned to establish new circuits of participation and action, expanding their spheres of sociability. At the same time, changes were observed that influenced the professional choices of these young people. It is concluded that projects can have real conditions to change the lives of their target audience and communities.

**Keywords:** young people; professional qualification; public policy.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Viçosa. E-mail: [gp.b.souza@gmail.com](mailto:gp.b.souza@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Viçosa. E-mail: [mdora@ufv.br](mailto:mdora@ufv.br).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Viçosa. E-mail: [rosaria.bastos@ufv.br](mailto:rosaria.bastos@ufv.br).

## INTRODUÇÃO

As percepções e proposições acerca das juventudes têm sofrido mudanças no Brasil no decorrer dos últimos anos. De uma relativa invisibilidade, assiste-se, nos últimos 40 anos, um maior investimento em políticas para as juventudes no Brasil. O advento de condições que, de certa forma, atravancam a inserção social dos jovens (sobretudo daqueles pertencentes aos grupos ou segmentos sociais historicamente afetados pelos padrões de desigualdade, como as jovens mulheres, os jovens pobres e os negros), não lhes oferecendo expectativas e colocando fronteiras que, em geral, limitam suas potencialidades, interesses e o alcance de suas necessidades, estabeleceu uma série de novos requisitos para com esses segmentos, que engendraram reconhecida visibilidade, induzindo à definição de uma agenda política acerca da temática.

O tema auferiu relativa visão pública, ao ponto que ele vem ocupando as pautas de debates em diversos espaços, tal qual nos movimentos sociais, ONGs, grupos juvenis e universidades (processo este iniciado e ainda em curso). Uma das razões desse interesse no olhar para a condição dos jovens e sua construção enquanto agenda de intervenção pública é a constatação de que a transição, seja da escola para o mundo do trabalho, ou da juventude para a fase adulta, são múltiplas e heterogêneas, estando fortemente dependentes de marcadores sociais: condição étnica e de gênero, classe social, local de moradia (urbano ou rural), dentre outros marcadores (Sposito; Carrano, 2003; Cordeiro; Clementino, 2012; Caruso; Posthuma, 2020).

Da mesma maneira, Carrano (2012) complementa que desde do início, as preocupações com as juventudes se orientaram, em grande medida, pela percepção de que a sociedade contemporânea se vê atravessada por dinamismos societários decorrentes de mutações de natureza global, que ocorrem nas mais distintas esferas da produção e reprodução da vida social. Dada a importância do construto jovem no campo das relações sociais e nos grupos sociais que compõem a sociedade, os jovens interagem com essas transformações, vezes como beneficiários dessas mudanças e, por outras vezes, sofrendo os prejuízos desses processos de modernização, produtores de novas contradições e desigualdades sociais (Carrano, 2012).

Apesar de essencialmente tardio, produziu-se um consenso no Brasil de que é necessário atentar-se para as diversas situações envolvidas quando se trata das juventudes, em função de ser difícil afirmar que os jovens do país partilham das mesmas condições e/ou de condições parecidas para vivenciar essa etapa da vida (Campos; Paiva, 2018).

Como referendado/complementado por Cordeiro e Clementino (2012), a mocidade representa um período da trajetória biográfica em que muitas transições ocorrem simultaneamente. Nesse período, mais do que um momento assinalado por transformações biológicas, a juventude é marcada pelas relações que estes estabelecem no interior do meio social. Sendo assim, esse momento da vida combina elementos diversos, marcado por novas experiências, contato com outros grupos, no qual, esses sujeitos, estabelecem relações pessoais, de educação e de trabalho, processos de preparação para a vida adulta, vivência da formação, da experimentação e da construção de redes de sociabilidade (Cordeiro; Clementino, 2012).

Dessa forma, considerando o olhar para a condição dos jovens nesse universo metamorfo, considerando também a fugacidade no que se refere o atendimento das demandas e necessidades desses sujeitos, houve o florescer, na década de 1990 principalmente, das primeiras iniciativas políticas juvenis, que foram criadas no Brasil (Sposito; Carrano, 2003). No entanto, em 2005, teve, para além, início de um importante ciclo de políticas públicas de juventude no país, a partir da promulgação da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que estabeleceu as bases para uma maior articulação das ações voltadas para os jovens, principalmente, a partir da criação de instâncias de coordenação e articulação das políticas

dirigidas à juventude, a partir da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República (Peregrino; Pinheiro; Souza, 2018).

Esse lugar de destaque na arena pública decisória sinalizava um conjunto de esforços de estruturação de uma Política Nacional de Juventude - PNJ, que começou a se materializar com a criação de programas que se estruturaram enquanto estratégias de intervenção para oferecer experiências de oportunidade, a fim de minimizar dificuldades impostas associadas especificamente à condição juvenil (como o PROJovem, por exemplo). Para que as ações de criação das políticas públicas se perpetuassem, foram necessários diversos instrumentos jurídicos, normativos e institucionais em nível nacional; mecanismos multicausais e indutores para que os governos subnacionais, tanto governos estaduais quanto prefeituras adotassem a agenda de políticas de juventude (Sposito; Carrano, 2003; Rocha; Melo, 2015).

Considerando essas prerrogativas, este artigo buscou contextualizar a experiência do Programa Jovem de Futuro (PJF) em Viçosa-MG, descrevendo as práticas desenvolvidas pelo programa e verificando se as ações de aperfeiçoamentos profissionais, veiculação de informações e conteúdos constituíram um fator de mudança no contexto de vida dos jovens aprendizes. A perquirição teve como premissa basilar compreender como os nexos diante dessas experiências de aprendizagem profissional se estabeleceram, relacionando-as com as características de operacionalização dessas mesmas práticas (especialmente, o processo de gestão e funcionamento do Programa Jovem de Futuro e das demais ações assistenciais de intervenção voltadas para esse público no município, enfatizando o processo de constituição dessa agenda política na cidade, assim como as maiores dificuldades enfrentadas no processo de concretização dessas intervenções).

Visando contextualizar de maneira acentuada o objetivo apresentado, empregaram-se esforços no sentido de identificar ainda a visão dos experimentadores (egressos do programa), no que tange a assistência recebida, elencando, sobretudo, os atributos da participação pelos sujeitos da aprendizagem, enfatizando as opiniões dos jovens, suas principais percepções, pontos de vista e identificando as experiências formativas dos egressos sobre as experiências junto a essas políticas, que são respostas às demandas de superação desse quadro de desequilíbrio.

Diante do exposto, aduz-se, paralelamente, que este artigo buscou ponderar se as experiências oportunizadas aos jovens desencadearam fatores propiciadores de mudanças ou possibilitador de novos conhecimentos, aprendizados e saberes, que ofereceram, garantiram ou conferiram meios que, de alguma forma, puderam imprimir algum tipo de transformação e, portanto, possibilidades de desenvolvimento humano mais promissoras, buscando entender as dificuldades e os recursos dispostos em seus campos de possibilidades.

Embora o número de estudos relacionados a essas facetas tenha aumentado substancialmente, observa-se, ainda, a necessidade de ampliar as reflexões sobre a realidade juvenil e seus desafios, principalmente, aqueles relacionados à sua formação educacional no âmbito do seu público-alvo (Campos; Paiva, 2018).

Em termos de delimitação e proposição empírica, foi estudado o caso dos jovens egressos do projeto social desenvolvido num município, com pouco mais de 70.000 mil habitantes, situado na porção Sudeste do Brasil, Estado de Minas Gerais, na Zona da Mata Mineira, Viçosa. O Programa Jovem de Futuro de Viçosa-MG iniciou suas atividades em 2015, como projeto social que almejava contribuir com a formação de jovens de 14 a 18 anos de idade que se encontravam em situação de vulnerabilidade, por meio do investimento em seus desenvolvimentos pessoais, em suas cidadanias e, além disso, em seus aperfeiçoamentos profissionais. A proposta de metodologia do programa enfocava uma perspectiva de cooperação abarcada numa dimensão multidisciplinar que focalizava o desenvolvimento de competências, saberes, conhecimentos, valores e práticas, através de cursos e atividades condicionados à experiência prática em empresas parceiras.

Ao falar em juventudes, verifica-se que o termo não se apresenta como uma maneira simples. Como ressaltado por Resende e Espíndula (2020), por exemplo, o enfoque conferido ao tema está pautado em óticas distintas que se ancoram em aspectos sociais, biológicos, culturais, morais, dentre outros. Existe uma ampla forma como os jovens são tematizados e a construção de um conceito, seja ele científico ou socialmente compartilhado, pode se configurar numa arena tortuosa. Portanto, o uso do termo “juventudes” empregado neste artigo faz alusão a pluralidade de identidades que existem entre as pessoas jovens, mesmo quando estes fazem parte de um mesmo grupo social. Nesse mesmo sentido, este artigo também segue o modelo referendado por Werneck (2005), referindo-se à esse momento da vida como o período posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita, adotada aqui, como o período entre os 16 e os 24 anos.

Desse modo, infere-se a importância de entender idiosincrasias atreladas aos jovens e as experiências de aprendizagem, como condicionantes na possibilidade de invenção de novos sentidos, perspectivas, possibilidades de ação e atuação social, a fim de contribuir para a difusão de conhecimento científico de importância social e acadêmica sobre juventudes e suas inter-relações com a sociedade, bem como contribuir no fortalecimento da construção de uma política institucional ligadas a projetos públicos que se pontuaram com esse debate em Viçosa e que já dialogar com outras experiências brasileiras.

## **JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: COMPLEMENTARIEDADES**

Esse trecho realiza uma discussão de nível introdutório e apresenta aspectos que dizem respeito da tematização das políticas públicas para jovens de segmentos populares urbanos no Brasil, bem como realiza um apanhado das condições que levaram a transformação da condição desses jovens em um problema político, que exigiu respostas por parte do Estado. Não se trata aqui de descrever todos os programas efetivados, mas sim, por meio de uma exposição, apreender as principais tendências no campo das ações públicas dirigidas aos jovens.

A discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil. A formulação e a implementação desses projetos só começaram a figurar no discurso dos diversos setores sociais nas décadas finais do século XX. O processo de reconhecimento da necessidade de políticas públicas, tendo como diretriz a concepção de jovens como sujeitos de direitos, são ainda muito recentes, apesar de, como argumenta Silva e Silva (2011), os marcos legais que deram início à ação do Estado em intervenções para a juventude remontarem a década de 1920 (Kerbaux, 2005; Silva; Silva, 2011).

Grande parte desse esforço deve-se à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina, na década de 1980 (Kerbaux, 2005). Nesses moldes, esse importante referencial na defesa dos direitos juvenis enfocava sua participação nos espaços decisórios e assegurava a proteção de direitos econômicos, sociais e culturais, não só do público infantil e adolescente Brasileiro (como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, criado em 1990, que adotou uma nova concepção jurídica no país, bem como da criação da política nacional de juventude a partir de 2005), mais ações motivadas para as diversas demandas apresentadas pelos inúmeros movimentos que instituíram outras várias frentes de atuação (Peregrino; Pinheiro; Souza, 2018).

Não obstante, o quadro demográfico e os indicadores sociais que acompanham a situação da juventude, circunscritas às particularidades, neste início de século, são geralmente dramáticas e bastante complexas (Santos, 2015). A dinâmica política e social ao qual esse público transita é permeada por um quadro marcado pela exclusão e desigualdade para lidar com os meios, sobretudo para aquele grupo de jovens que lida com dificuldades impostas pelos meios sociais de origem, que sofrem com o efeito de limitadas oportunidades e todo o ônus

advindo dessa condição (educação de baixa qualidade e o truncamento no acesso às artes, ao lazer e aos bens e serviços).

A fim de melhorar a incorporação desse público na vida social, se fez necessário consolidar redes de proteção, que tivessem a capacidade de oferecer meios de potencializar instrumentos, capazes de contribuir para a perspectiva de participação desses jovens; emergindo, portanto, propostas preliminares confluentes com políticas públicas implicadas na transversalidade (Corrochano; Abramo; Abramo, 2017). De acordo com Kerbauy (2005) e Silva e Silva (2011), ocorreu uma inflexão nas diretrizes das ações encaminhadas pelo poder público, que passaram a tomar a juventude como um conjunto social diversificado, circunscrita, não mais, pelo atributo principal dado pela faixa etária<sup>4</sup>.

Desta forma, vivências de uma série de relações (trabalho, educação, saúde, tecnologia, acesso a terra), efetivaram-se com vista ao reconhecimento de problemas que mais diretamente afetam os jovens, estando essas intervenções ancoradas ao uso expresso da palavra “juventudes” no plural, reconhecendo que este segmento constitui identidades e singularidades específicas, de acordo com a realidade de cada um. Ao passo que, a atual política nacional de juventude considera como jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária de 15 a 29 anos (Silva; Silva, 2011).

Contudo, Garcia-Barreiro e Serrata-Malfitano (2014) ressaltam que as prerrogativas das juventudes e o seu entendimento enquanto sujeitos de direitos ainda é recente. Apesar de ter havido um consenso da eminentemente necessidade da criação de aparelhos voltados para essa fase da vida, muitas disparidades se escancararam em torno desse debate, ao ponto que provocaram a eclosão de múltiplos conflitos, em função dos espaços reservados a esse tipo de iniciativa ainda estarem em construção no âmbito do poder público, o que obriga a pauta competir com outras políticas sociais já consolidadas (Rodrigues, 2009). Apenas em 2010, como lembra Pereira, Zuffo e Moura (2019), que houve a criação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da juventude, enquanto estímulo para que as juventudes do país tivessem sua inserção oficial no capítulo de direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal.

O debate em torno dessas desagregações, no enfoque dessa universalidade das ações prospectivas, o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013), emerge tendo como principal premissa a função primordial de garantia de direitos fundamentais para o desenvolvimento do jovem no Brasil, preconizando que as políticas públicas de juventude deveriam ser regidas observando diferentes diretrizes (cidadania, participação social, trabalho, geração de renda, educação, sustentabilidade, dentre outros).

Dessa forma, o cenário evolutivo do desenvolvimento das políticas de juventude, tendo como premissa a experiência vivenciada pelo Brasil, aponta que os jovens percorreram um longo caminho até se depararem com a possibilidade de vislumbrarem, na agenda política do governo, algumas das questões que os afligiam, mas que, ao mesmo tempo, apontam para a consolidação de um novo olhar acerca do modo de conceber essas dimensões, deixando de representar o “estado de coisas”, como argumentaram Sposito e Carrano (2003).

## **METODOLOGIA**

Para cumprir os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como referência basilar a abordagem metodológica do tipo qualitativa, adequada dentro das proposições desta intervenção, em consonância com a conceituação proposta por Gil (2002). A instrumentalização da pesquisa perpassou duas etapas: (i) o levantamento e a sistematização de informações

---

<sup>4</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabeleceu que a adolescência abrange o período entre os 12 e 18 anos. No entanto, em função da diversidade de situações vivenciadas por esses indivíduos, passou-se a tomar a ideia de que a juventude compreende o período entre 15 e 29 anos de idade, dividida nos seguintes subgrupos: 15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 25 a 29 anos – jovem adulto (Campos; Paiva, 2018).

referentes ao programa argumentado; e (ii) a síntese, a análise e a apresentação dos resultados, todas explicadas adiante.

Preliminarmente, procedeu-se com a coleta de materiais e elementos acerca do Programa Jovem de Futuro de Viçosa-MG, a fim de apreender informações das práticas desenvolvidas e mapeamento das iniciativas do programa por meio de pesquisa em suas páginas na *internet* e publicações às quais foi passível o acesso.

Após esse momento de pesquisa documental, foi realizada a coleta de dados empíricos primários mediante entrevistas individuais semiestruturadas. Um ponto importante verificado para se alcançar qualidade na obtenção das informações, a partir das quais foi possível estabelecer a análise e chegar à compreensão mais profunda dos pontos delineados, foi à definição de critérios para a seleção dos sujeitos que faziam parte do campo de investigação, abordando aqueles indivíduos com elevado grau de representatividade para o objeto do estudo, em especial aqueles que detinham informações e conhecimentos indispensáveis para responder com riqueza de detalhes os tópicos basilares desse texto.

O roteiro da pesquisa correspondeu um conjunto de assuntos que objetivaram conhecer o funcionamento do programa argumentado e quiçá outros projetos desenvolvidos na cidade, bem como sua realidade, enfatizando as dificuldades, percepções, principais desafios vivenciados pelos agentes executores, bem como as estratégias adotadas e pontos de vista deles. Para aprofundar a compreensão sobre a repercussão da metodologia de trabalho do programa no aperfeiçoamento dos jovens, numa segunda etapa da perquirição, foi realizada a coleta dos dados com os egressos, o que possibilitou criar espaços de diálogo no qual esses jovens puderam se expressar em relação às questões centrais da pesquisa. Para isso, foi construído um roteiro a partir de um modelo anteriormente elaborado e aplicado por Carmo (2019), que norteou as entrevistas.

As questões do roteiro foram dispostas em blocos. Um ponto importante verificado na elaboração do instrumento de coleta de dados foi à concatenação de informações sobre o “vivido”; ou seja, enfocando aspectos da realidade dos egressos. A estruturação dele foi orientada pela busca de segmentos de questões que permitissem obter tais informações. O roteiro abrangia um conjunto de questões que objetivaram conhecer um pouco desse usuário egresso (idade, gênero e *status* laborais e estudantil). Já as demais partes do roteiro de entrevista com os jovens versaram sobre as impressões gerais sobre o programa, tais como, acesso e significação pessoal deste na perspectiva desses indivíduos, buscando elucidar atributos de sua participação no mesmo, enfatizando as opiniões, sugestões, críticas, percepções e pontos de vista dos jovens sobre a política.

As entrevistas foram realizadas de forma online, através de chamada de vídeo e/ou áudio, a partir de ligações telefônicas e/ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do Google Meet. Essa desagregação dependeu da maneira escolhida pelo participante. Essas ferramentas de intervenção baseadas em adoção de procedimentos, que envolvem contato através de meio virtual ou telefônico, atenderam plenamente às necessidades da pesquisa, sendo ainda de acesso gratuito e versáteis, independentemente das possíveis condições e contextos ao qual os participantes pudessem estar inseridos.

Coube ao participante decidir se a entrevista seria gravada ou não. Nos casos em que gravação não foi autorizada, as respostas foram anotadas e lidas para o (a) participante verificar a veracidade das anotações. Tendo sido feita a coleta dos dados, procedeu-se com a transcrição das informações, que foram armazenadas em dispositivo próprio. Os dados da entrevista foram transcritos com o auxílio do Google Docs. Os dados e informações foram registrados em um banco de dados, ao qual somente o pesquisador teve acesso. Cada sujeito teve suas respostas registradas de tal modo a permitir a observação das mudanças relatadas pelos usuários participantes.

Foram realizados o arranjo e uma primeira pré-análise do conteúdo reunido. Nessa etapa da pesquisa o software empregado para operacionalização, organização e exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Word. No que tange ao processo de análise dos dados, está foi orientada pelos preceitos da Análise de Conteúdo, baseando-se nas técnicas metodológicas desenvolvidas por Bardin (2011), estabelecendo categorias de análise e focando nos pontos comuns e nos divergentes, nas singularidades e particularidades próprias de cada sujeito. Ou seja, nessa linha de argumentação, utilizou-se da técnica de análise categorial de conteúdo, no qual foram adotados procedimentos sistemáticos buscando agrupar informações com base em características comuns entre diferentes grupos e/ou categorias, para criar inferências válidas sobre os conteúdos verbais, visuais ou escritos, visando descrever e interpretar os fenômenos em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos.

Dessa maneira, na apresentação dos resultados da pesquisa, os mesmos foram organizados em categorias de análise, para melhor contextualização dos conteúdos, as categorias foram as seguintes, a saber: o Programa Jovem de Futuro em Viçosa-MG; caracterização dos participantes e as principais formas de conhecimento do programa por parte dos egressos; percepção dos participantes acerca das mudanças trazidas para sua vida considerando as experiências no Programa Jovem de Futuro, Viçosa-MG; e, as percepções dos egressos sobre os pontos fortes e fracos do Programa Jovem de Futuro, após sua implementação.

As entrevistas foram realizadas com onze pessoas, abarcando sete egressos e quatro agentes executores (professores, auxiliares, secretários e coordenadores). Vale ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovado sob o registro CAAE 47107321.1.0000.5153. Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado mediante anuência, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) cedido por cada um dos participantes da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O Programa Jovem de Futuro em Viçosa-MG**

Nessa etapa, considerou-se importante ter uma visão acerca do Programa Jovem de Futuro, que parece ser um dos maiores projetos (em número de atendidos) voltadas para as juventudes em Viçosa-MG. O PJF trata-se de um projeto que visa contribuir com a formação e promover a participação social de jovens nas relações de troca, mediante o oferecimento de cursos de aprendizagem que envolvem, especialmente, a cultura digital e o empreendedorismo (informática, técnicas de venda e de administração, liderança e desenvolvimento pessoal).

Nem sempre o PJF manteve uma estrutura formativa ampla. Inicialmente o projeto oferecia uma formação básica e introdutória de auxiliar administrativo para os jovens beneficiários. Em função da pouca dinamicidade do projeto, os gestores municipais viram a necessidade de realizar ajustes nas diretrizes curriculares do programa.

Nesse processo de remodelamento, quanto à organização do desenho, o PJF foi desenvolvido e organizado em turnos, que são compostos de duas turmas (uma de manhã e outra à tarde). Os espaços do PJF de Viçosa funcionavam nas dependências físicas de instituições municipais e, completando metade do módulo de ensino, havia mudança do local de concentração de educandos e alunos. Sobre a proposta de currículo do programa, ele era alicerçado numa dimensão multidisciplinar, que focalizava o desenvolvimento de competências, saberes, conhecimentos, valores e práticas compatíveis com situações vivenciadas no dia a dia desses jovens.

Outro aspecto exposto nas falas dos agentes executores participantes foi sobre a evasão dos alunos durante o processo de passagem no processo formativo. Foi possível perceber, nos depoimentos desses sujeitos, que as principais dificuldades observadas durante esse processo foi evasão dos jovens participantes. Quando questionado acerca dos motivos, foi explicado que era a necessidade de trabalhar e por problemas relacionados à gravidez na adolescência. Os agentes executores apontaram que a maior parte desses jovens, que iniciou sua participação nas atividades do programa e depois interrompeu o vínculo com o projeto, era, majoritariamente, de jovens homens com maior idade.

O Quadro 1 representa o mapeamento dos principais programas municipais de juventude, o que possibilitou descrever as principais práticas desenvolvidas, que se processam no interior do supracitado município.

**Quadro 1.** Mapeamento dos programas municipais de juventude, Viçosa-MG

<b>Programas</b>	<b>Ações</b>
<b>Centro C. Padre Antônio Mendes</b>	Visa a iniciação profissional de jovens, mediante o oferecimento de cursos de informática, treinamento de garçons, atendente de loja, recepcionista e eletricista amador, dentre outros.
<b>Jovem Aprendiz</b>	Objetiva elevar o grau de escolaridade de jovens de 14 a 24 anos que estejam matriculados e frequentes em escolas da rede pública e/ou privada. O programa prevê a participação de jovens em cursos de aprendizagem teórica oferecidos uma vez por semana condicionados à experiência prática em empresas parceiras. O programa tem duração de até dois anos.
<b>Centro de Inclusão Produtiva</b>	Cursos de curta duração (corte e costura, inclusão digital, técnico em informática, cabelo e maquiagem, dentre outros) direcionadas a qualquer pessoa vinculada aos dispositivos da Assistência Social de Viçosa (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar etc.) ou que sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.
<b>Programa Jovem de Futuro</b>	Direcionado ao oferecimento de ações de aprendizagem com foco na educação empreendedora de jovens em situação de vulnerabilidade social. Tem por finalidade a reinserção social e o desenvolvimento pessoal de jovens com 14 a 18 anos acompanhados pelos diversos segmentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, por meio de cursos e atividades profissionalizantes condicionados à experiência prática em empresas parceiras. O programa tem duração de 1 ano.

Fonte: Prefeitura de Viçosa (2022) e Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (2022).

Antes de adentrar na contextualização dos dados coletados com os egressos do programa e assim conhecer suas percepções, considerou-se importante ter uma visão acerca dos jovens que participaram do programa e que, porventura, foram abordados nessa investigação. Para isso procedeu-se, preliminarmente, com a obtenção de informações referentes a algumas características individuais sociodemográficas dos egressos interpelados.

### **Caracterização dos participantes e as principais formas de conhecimento do programa por parte dos egressos**

Um olhar sobre os dados de perfil dos participantes, apontam marcas da condição juvenil de camadas populares. Assim como em outros estudos sobre o perfil de matriculados em programas semelhantes (Leão; Nonato, 2012), traçando um perfil dos jovens que se dispuseram a participar, pode-se dizer que se tratava de jovens com uma escolarização muito recente, ao ponto que todos tinham o ensino médio completo e um participante da pesquisa cursava o ensino superior no período noturno conjugando o tempo com o trabalho. Grande parte ocupava postos de trabalhos, alguns em tempo parcial, ao ponto que quase todos moravam com os pais e todos tinham estudado em escolas públicas e cada egresso indagado havia realizado aprendizagem prática em empresas diferentes.

Boa parte desses jovens compunham famílias pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que denota associação desses serviços oferecidos pelo Programa Jovem de Futuro aos benefícios assistenciais proporcionados. Nos relatos que vieram à luz das entrevistas, os jovens indagados nessa pesquisa encontram-se compreendidos entre os 18 e 22 anos de idade, indicando adequação às diretrizes e definições do programa, que limita a idade de matrícula no projeto entre 14 e 18 anos, sendo que o período de matrícula desses sete jovens aconteceu em algum momento entre 2015 e 2019. Foi possível perceber que a entrada desses jovens no PJF não se deu de maneira isolada, tendo sido influenciada por um conjunto de relações e situações nas quais esses jovens estavam envolvidos. Em todos os casos, a entrada no PJF integrou-se a um conjunto de relações estabelecidas por esses sujeitos, que se remetem às suas motivações, sonhos e expectativas atreladas as suas histórias de vida, como pode ser observado na fala seguinte:

No início a gente estava visando muito o emprego né. Eu só queria o primeiro emprego na verdade. (Entrevista 3, homem, 20 anos, empregado).

Sob esse mesmo enfoque, os participantes relataram desejo de iniciarem sua inclusão no mercado de trabalho, seja para complementar sua renda pessoal e/ou familiar e/ou seja para concretização de sonhos em relação a si mesmos. Desse modo, constatou-se que a compreensão desses mesmos indivíduos é de que a entrada para participar das atividades do PJF é equivalente a um “curso” que, possivelmente/hipoteticamente, poderia gerar possibilidades de oportunidades ao final da formação, o que refletiria inversamente o cenário descrito pelos egressos participantes da pesquisa, quando relataram ocasiões de grande dificuldade para a concretização dessa inclusão, conforme relatos:

A gente estava visando muito isso né, só o estágio, mas depois eles foram mostrando que não é de qualquer maneira que você chega na empresa (Entrevista 5, homem, 22 anos, empregado).

Olha tipo assim [...] eu não tinha assim muita expectativa no curso né, mas ao longo do tempo [...] já foi abrindo mais a minha mente e já fui me interessando mais pelo curso e pelas outras coisas sabe. Eu tinha muito interesse entendeu igual pelo mercado de trabalho, que eles falaram né que eu ia conseguir [...] trabalhos pelo curso, então tipo assim eu sou uma pessoa assim que sempre gostei de trabalhar [...] (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

Os gestores utilizavam desse desejo dos participantes para motivar a participação e o engajamento deles nas atividades, como forma também de diminuir a evasão de alunos. A fala a seguir ilustra tal afirmativa:

[...] ao final do projeto eu inseria os cinco primeiros jovens já direto no mercado de trabalho, em parceria com a casa do empresário e outros parceiros. Eu [...] tinha [...] essas cartas na mão falando... olha aquele que não conseguir atingir o objetivo não vai conseguir o primeiro emprego né, preciso do foco de todos vocês para que eu possa arrumar um emprego para vocês mudarem a vida de vocês. Então esses jovens faziam de tudo para sobressair dentro do projeto para ter o seu primeiro emprego [...] (Gestor 1).

Ao analisar os motivos demonstrados pelos egressos abarcados na pesquisa que levaram esses jovens a participarem do programa, percebeu-se que não apenas a possibilidade de oportunidades de trabalho e de geração de renda aos seus membros se sobressaíram. Segundo a própria fala dos jovens, a relação de interesse pela aprendizagem oferecida também foi um dos motivos principais dos jovens interpelados ao se inscrever no PJF.

Ainda na tentativa de melhor compreender o perfil do jovem que procurou o programa, esse estudo também se interessou em buscar a principal forma como os mesmos sujeitos tomaram conhecimento sobre o projeto. Quando perguntados sobre essas desagregações, os discursos imergidos apontam a prevalência de maior conhecimento do programa por meio da divulgação via rádio e por relatos de jovens, professores, conhecidos e familiares via publicidade boca a boca, estando alguns desses relatos apresentados abaixo:

Olha eu fiquei sabendo através do rádio, aí minha irmã foi e fez a primeira vez, só que eu não tinha idade qualificada para entrar. Ela gostou muito [...] aí no outro ano eu já consegui [...] participar do curso [...] (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

Foi através da escola. A diretora chegou e chamou a gente né lá na secretaria e aí passou para a gente como seria o projeto aí iniciamos (Entrevista 5, 22 anos, empregado).

[...] foi a patroa da minha mãe que me falou porque [...] ela ficava muito por dentro desses assuntos. Aí ela [...] viu no jornal e falou comigo... tá tendo um projeto da prefeitura com as pessoas mais carentes né, que não tem condição de pagar um curso. Aí ela falou comigo [...] aí eu fui lá e me inscrevi (Entrevista 2, 21 anos, estudante, empregada).

É possível perceber que os jovens indagados estabeleceram uma relação direta entre a escolaridade oferecida pelo programa e mundo do trabalho. Acreditam que, com maiores níveis de escolarização e a concatenação de maior conhecimento, teriam mais chances de competir por vagas e de encontrar alguma oportunidade de trabalho. Estes relatam experiências sobre a necessidade de maior nível de escolarização para sobreviver nesses postos e ter maiores pretensões no meio laboral.

Outro ponto abordado a partir da análise dos dados concatenados, no que tange especialmente à relação com a escolarização dos jovens interrogados depois de sua saída do PJF, pode-se afirmar que se tratava de uma relação bastante favorável para esses jovens, no qual, apesar de alguns apresentarem distorção idade – série, provavelmente em função do início da vida escolar ter acontecido em idade inadequada e/ou à interrupções dos estudos, observa-se o desejo da manutenção na escola, por meio da perpetuação e concretização de um curso no ensino superior.

As análises das falas dos jovens inquiridos também revelaram que grande parte desses sujeitos, apesar de já terem concluído o ensino médio, estavam fora da escola há algum tempo, com alguns retomando os estudos após e em decorrência do programa, conforme relato das entrevistas 2 e 7, seguindo a ordem: “[...] eu estou trabalhando agora, mas eu quero correr atrás do meu sonho, que é estudar psicologia”. “[...] o programa me ajudou a ter mais conhecimento sobre o que eu queria estudar, que é pedagogia [...]

### **Percepção dos participantes acerca das mudanças trazidas para sua vida considerando as experiências no Programa Jovem de Futuro, Viçosa-MG**

Quando os jovens indagados foram perguntados acerca das mudanças trazidas por essas experiências para suas vidas e qual o significado que estes faziam do programa, tendo como premissa suas experiências para com ele. Um ponto interessante levantado por esses indivíduos é que ter a formação oferecida pelo programa aumentou as suas percepções de maiores chances na perpetuação de oportunidades oriundas do meio social, pois, acreditavam que passaram a ser vistos de forma diferente por seus possíveis empregadores (das experiências de estágios extraclasse) e por si próprios, se sentindo mais confiantes e mais preparados para enfrentar processos seletivos mais formalizados, conforme os seguintes depoimentos:

[...] aprendi muita coisa pelo curso sabe, porque por ser um curso da prefeitura as vezes a pessoa pensa que vai ser um curso ruim. O curso foi maravilhoso, não tenho nada que reclamar dos

professores, foi tipo assim todos explicavam muito bem, teve o curso de informática que onde nossa foi o curso assim ótimo. Assim eu não tenho que reclamar [...] para mim foi um curso excelente [...] (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

[...] na profissional eu acho que abriu muito a minha mente para várias coisas, várias portas. Vamos dizer assim... coisas que eu não conseguia enxergar antes, que eu não via talvez uma oportunidade naquilo eu consegui um ter uma visão ampla de tudo aquilo. Na vida pessoal foi mais o convívio, porque com o curso [...] eu passei a conviver com mais pessoas (Entrevista 2, 21 anos, estudante, empregada).

O programa me ajudou a ser alguém mais sociável, antes eu era muito tímida (Entrevista 7, mulher, 18 anos, estudante, empregada).

Como aduz Caruso e Posthuma (2020), na perspectiva dos jovens, sua falta de experiência é uma barreira para sua transição no sistema produtivo. Para os autores, essa condição é minimizada quando empregadores participam mais ativamente do aprimoramento e da capacitação de jovens em programas de aprendizagem, sejam oferecendo treinamentos e/ou estágios.

Também transformações sutis, sobretudo, no que se refere as mudanças de atitude, foram, da mesma forma, referidas por esses egressos, afirmando que se sentem mais reconhecidos pelo outro e em relação a si próprio. Relatam ainda que sua autoestima se alterou positivamente trazendo como efeito do programa, para esses mesmos beneficiários, uma relação mais saudável consigo mesmo, permitindo que se arrisquem em voos mais altos que os anteriores possibilitados, desencadeando, além disso, inúmeras outras alterações de atitude, como, por exemplo, sua expectativa e aspirações para o presente e para o futuro, alterando assim suas perspectivas e possibilidades de ação, que, por sua vez, renovaram pretensões seguintes, abrindo novas margens de inserção no meio social, como relatado:

[...] me tornei uma pessoa melhor, mais madura é mais responsável. Então querendo ou não a gente muda né com as pessoas ao nosso redor, nossa família, então assim eu acho que eu mudei sim [...] ter [...] mais responsabilidade em minhas coisas em tudo e sentido na minha vida. (Entrevista 1, mulher, 20 anos, empregada).

[...] acho que melhorou o convívio [...] assim quando eu comecei o curso eu passei a ter mais convívio [...] porque era escola e casa [...] aí [...] passei a ter convívio com pessoas diferentes aí com aquilo tipo uma coisa levava outras vezes a professora apresentava a gente para outras pessoas e por aí acho que melhorou muito com outras pessoas [...] o fato de saber lidar com mais pessoas o público em si (Entrevista 2, mulher, estudante, empregada).

De forma geral, foi possível identificar, a partir das falas dos participantes, um conjunto de sentidos que foram atribuídos pelos egressos e que se correlacionam à formação profissional, com interpretações que ganham significados de mudança e transformação. Concorde-se com Feijó e Macedo (2012), quando assinalam que o fortalecimento do indivíduo e de suas relações com as redes, sejam elas pessoais ou materiais, são pontos centrais para a transformação de segmentos sociais via políticas públicas. Para os autores, não é suficiente apenas oferecer instrumentos práticos para esses sujeitos. É necessário, segundo eles, a prevalência de aspectos que remetem ao desenvolvimento pessoal, como o aprimoramento da assertividade, autoestima, iniciativa, maior visão de si mesmo, relação com o próximo, percepção das necessidades da família e da comunidade.

## Percepções dos egressos sobre os pontos fortes e fracos do Programa Jovem de Futuro, após sua implementação

A seguir, são apresentados os resultados referentes as interpelações que visavam à coleta de elementos que permitiram delinear as percepções diretas dos egressos reпреendidos com o programa. Para a contextualização dessa dimensão dois grandes temas de análise foram considerados: aspectos positivos e negativos do PJF. A categorização dos conteúdos explorados nas falas desses ex-alunos foi feita a partir da análise das informações coletadas pelo instrumento qualitativo de coleta de dados e da leitura das transcrições das entrevistas.

Os dados estão dispostos no Quadro 2, evidenciando que as mudanças positivas percebidas ficaram ancoradas em dimensões, como: aquisição de conhecimentos práticos e pelo maior envolvimento social, que se remetem à busca por maior escolarização e atuação urbana na cidade, maior segurança e confiança em si mesmo, além de outras características que, de acordo com os egressos, estão associadas aos traços de conquista de uma autoestima positiva. As mudanças vividas estão relacionadas àquelas que afetaram a relação do ex-aluno com a escola, com o trabalho, com a família e com sua própria vida.

**Quadro 2.** Aspectos positivos e negativos do PJF, na percepção dos egressos do PJF, Viçosa-MG

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<ul style="list-style-type: none"><li>– Melhora do desempenho na busca por emprego.</li><li>– Ampliação de contatos profissionais.</li><li>– Maior aceitação no mercado de trabalho.</li><li>– Equipe de apoio (monitores e estagiários).</li><li>– Conteúdo pedagógico, sobretudo ao módulo de informática.</li><li>– Sociabilidade, o que desencadeou mudança de atitudes nos egressos (perda da timidez, melhora da fluência verbal, dentre outros).</li><li>– Aumento da autoestima.</li><li>– Mudança na forma de se relacionar.</li><li>– Autoconfiança.</li><li>– Continuação nos estudos.</li><li>– Maior acesso a renda.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Relação entre os jovens.</li><li>– Falta de punição para infrações aos alunos do PJF.</li><li>– Critérios mais rígidos para seleção dos beneficiários.</li><li>– Professores específicos por módulos.</li><li>– Incoerências entre o projeto divulgado e a prática.</li><li>– Falta de apoio aos ex-alunos.</li><li>– Capacitação para os dirigentes.</li></ul>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para um melhor diagnóstico das necessidades dos beneficiários houve estímulo para que esses usuários apresentassem sugestões para a melhoria do PJF. Quando interpelados, os participantes tomavam um postura pré-passiva e, geralmente, não se posicionavam criticamente, apontando apenas problemas e relatos de situações desfavoráveis vividas no decorrer das experiências que passaram, que, quase sempre, se limitavam a refletir sobre possíveis soluções para as questões trazidas por eles.

Durante a coleta dos dados foi comum ouvir desses ex-alunos que eles desejam dar continuidade na formação escolar, em função de terem percebido a importância da perpetuação dessas ações. Apesar de não ter sido consenso, foi possível notar que muitos desses sujeitos, após a finalização das atividades do PJF, se sentiram perdidos. Muitos dos indagados tinham pretensões, no entanto, sem saber quais são os passos seguintes.

Eles não se referiram a sensação de abandono, mas se o PJF proporcionasse algum tipo de serviço de orientação aos egressos, como, por exemplo, informação sobre o sistema nacional de seleção para o ensino superior, indicação de instituições de ensino e programas de concessão de bolsas de estudo, no qual poderiam ser aceitos para continuarem seus estudos;

sendo possível pensar que essas indagações percebidas poderiam ser vertiginosamente mitigadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados junto aos interpelados que foram aqui discutidos e contextualizados destacaram pontos importantes sobre as contribuições de ações socioeducativas implantadas no município de Viçosa-MG. Sob esse enfoque, observando os objetivos traçados pelo Programa Jovem de Futuro e articulando-os à reflexão sobre as percepções dos interpelados nessa pesquisa, pode-se pressupor, com base nos dados obtidos, que, no que diz respeito às contribuições do programa em seus contextos de vida, os egressos indagados consideram que a participação proporcionou mudanças em diversos aspectos que constituem suas vidas, principalmente através do anseio de superar limitações impostas pelos seus meios sociais de origem por meio da busca por elevação da escolaridade e formação superior.

Foi possível perceber também que os programas empreendidos pelo município atendem a uma faixa específica e elas não coincidem com os grupos etários definidos pela política nacional de juventude. Emerge, portanto, o desafio de ampliar as iniciativas que contemplem outros grupos juvenis (18 a 29 anos), diante da constatação de uma oferta reduzida de programas direcionados a essas outras faixas etárias.

Sob esse mesmo enfoque, cabe ressaltar que foi perceptível que o acesso desses jovens à política pública educacional, proposta pelo Programa Jovem de Futuro, contribuiu para além da elevação do conhecimento. Os participantes, em suas falas, consideram que a participação no PJF teve importante contribuição em suas formas de relacionamento com a escola e a família, ao ponto que se sentem mais fortes e confiantes, para mitigar empecilhos que porventura possam surgir. Todavia, os interpelados também apontaram questões que podem contribuir para melhorar a experiência no programa e após a formação.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL DA PASTORAL DA ORAÇÃO DE VIÇOSA.

**Nossos projetos.** Disponível em: <https://www.apov.org.br/nossos-projetos>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Almedina, 2011.

GARCIA-BARREIRO, R.; SERRATA-MALFITANO, A. P. Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para a juventude nos anos 2000. **Última Década**, n. 40, p. 133-157, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19531682007>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CAMPOS, C. C. A.; PAIVA, I. L. Programa nacional de inclusão de jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva de adolescentes participantes. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 30, n. 1, p. 22-29, 2018. Doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i1/1460>.

CARMO, N. C. **Programa Mulheres Mil: uma análise multidimensional.** 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/25859>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 83-100, 2012. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27\\_Carrano1.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf). Acesso em: 18 out. 2023.

CARUSO, L. A. C.; POSTHUMA, A. C. Subsídios para a formulação de políticas públicas de juventude no Brasil. **Dossiê: Jovens e Mercado de Trabalho na Pandemia**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 123-135, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/dossiea1>.

- CORDEIRO, M. C. M.; CLEMENTINO, J. V. Políticas públicas de juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em discussão. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 10, n. 20, p. 13-27, 2012. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2608>. Acesso em: 18 out. 2023.
- CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, H. W.; ABRAMO, L. W. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, Argentina, v. 22, n. 36, p. 135-169, 2017. Disponível em: <http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/289>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- FEIJÓ, M. R.; MACEDO, R. M. S. Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 193-202, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200005>.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- KERBAUY, M. T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18/19, p. 193-203, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/123/121>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- LEÃO, G.; NONATO, S. P. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o Projovem Urbano em Belo Horizonte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 833-848, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000016>.
- PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, v. 31, n. 42, p. 127-150, 2018. Doi: <https://doi.org/10.26489/rvs.v31i42.6>.
- PEREIRA, G. C.; ZUFFO, S.; MOURA, E. G. Juventudes e qualidade de vida. **Pesquisas e Práticas Psicossociais [online]**, São João del Rei, v. 14, n. 2, p. 1-11, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082019000200009&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082019000200009&script=sci_abstract). Acesso em: 23 abr. 2023.
- PREFEITURA DE VIÇOSA. **Inclusão produtiva oferece curso de leitura de plantas**. Disponível em: <https://www.vicosamg.gov.br/detalhe-da-materia/info/inclusao-produtiva-oferece-curso-de-leitura-de-plantas/41154>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- ROCHA, H. S.; MELO, W. R. Indução federal de políticas públicas de juventude no Brasil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2015, Peru, Lima. **Anais [...]**. Lima, Peru: Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP)/Pontifícia Universidade Católica do Peru, 2015.
- RODRIGUES, H. B. S. **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil**: agenda, desenho e implementação. 2009. 328f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- RESENDE, José Walter Rego; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira. Juventude em Foco: Representações Sociais da Juventude na Folha de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e190523, p. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190523>. Acesso em: 01 dez. 2020
- SANTOS, L. C. P. As contribuições socioeconômica, laboral e cultural do programa Projovem urbano na (re)inserção dos setores vulneráveis. **Revista Focando a Extensão**, Ilhéus, v. 3, n. 5, p. 21-31, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/extensao/article/view/676>. Acesso em: 18 out. 2023.
- SILVA, R. S.; SILVA, V. R. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p 663-678, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSigBs/?format=pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 16-39, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>.

WERNECK, Iana Eleá S. Quando os jovens viram notícia de jornal? Uma análise das representações sociais na mídia. **Revista Iberoamericana De Educación**, v. 36, n. 12, p. 1-9, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.35362/rie36122737> . Acesso em: 03 dez. 2020.

Submetido em: 23/11/2023.

Aprovado em: 31/08/2024.